CONTAG E PNCF

Uma experiência que vem transformando vidas no meio rural

Julho de 2016

PARCERIA CONSTRUÍDA A MUITAS MÃOS

Esta publicação apresenta o balanço da parceria realizada entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA). Traz um relato das atividades realizadas, voltadas especialmente para a mobilização, formação e organização de trabalhadores e trabalhadoras rurais sobre a reforma agrária e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

A parceria aqui demonstrada foi efetivada por meio de um convênio plurianual, celebrado em 2008, quando a principal demanda era a de massificar as informações e sensibilizar os trabalhadores e trabalhadoras sobre o papel do PNCF. Com o convênio foi possível realizar ações de âmbito nacional, estadual, municipal e nas unidades produtivas do PNCF, envolvendo diretamente quase 19.000 trabalhadores e trabalhadoras rurais, agricultores e agricultoras familiares, lideranças, dirigentes, técnicos e técnicas em mais de 300 atividades presenciais.

Para apoiar a realização das atividades, especialmente nos estados, foram contratados profissionais e produzidas publicações, cartazes e um filme documental. Ações e ferramentas que viabilizaram a divulgação de informações e a construção de um processo de mobilização amplo e descentralizado que obtiveram grande êxito, difícil de ser mensurado em números. No entanto, o alcance destas atividades ficou evidente nos avanços conquistados, a partir da execução do convênio, no que diz respeito à organização social das famílias, ao fortalecimento da ação sindical, à qualificação das propostas e dos projetos produtivos e no aperfeiçoamento das condições do programa, que hoje é realidade na vida de milhares de famílias nos 21 estados onde é executado.

Por ser uma atividade plurianual, este projeto foi coordenado por três dirigentes da CONTAG e concluído na minha gestão como secretário de Política Agrária da entidade.

Não podemos deixar de destacar e reconhecer a participação e o empenho do secretário da SRA/MDA, Adhemar Almeida, que participou da concepção desse convênio e, durante o período de execução, acompanhou as ações em todo o País e lutou conosco pelo aperfeiçoamento do PNCF a partir das nossas demandas e de um diálogo permanente com o Movimento Sindical.

Com o objetivo de mostrar um pouco do que foi executado ao longo destes oito anos de convênio, esta publicação registra, além das principais atividades desenvolvidas, algumas experiências exitosas que mostram histórias de vida, recheadas de sonhos, realizações e desafios de trabalhadores e trabalhadoras que se tornaram beneficiários do programa.

São histórias que representam milhares de outras espalhadas por todas as regiões deste imenso rural brasileiro, e que nos mobiliza a continuar a luta pela reforma agrária e por um país justo, soberano e igualitário.

Zenildo Xavier
Secretário de Política Agrária da CONTAG
Gestão 2013/2017

SUMÁRIO

05 O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) - Uma ação complementar à reforma agrária conquistada pelo MSTTR

08 Resgate histórico - Uma trajetória de lutas, conquistas e desafios

10 Parceria entre Estado e Sociedade - a autonomia e os papéis de cada um no processo

12 O desenrolar da caminhada conjunta

17 Os frutos colhidos pela ação coletiva

18 O direito à terra, traduzido em histórias de vida repletas de sonhos, realizações e desafios

20 Conquistar a terra e o poder de fazer vida do jeito que sempre sonhou

21 Consolidação, Tecnologia e Integração das Políticas Públicas

22 Tecnologias adequadas - Maior qualidade de vida e melhoria na renda das famílias

23 Agroecologia - A produção sustentável que transformou a vida das pessoas e da comunidade

25 Sonhos, lutas e transformação da realidade

26 Persistência na luta para conquistar a terra

28 Mulheres na luta pela terra - Protagonismo, oportunidades e libertação

29 Combate à pobreza, integração de políticas e inovação

30 Direito à terra - Combate à pobreza e sucessão rural

32 Conquista a uma vida digna e à liberdade

34 Terra Negra Brasil - Alternativa de conquista da terra para negros, não quilombolas

35 Combate à pobreza e concretização de sonhos com o direito à terra

36 Terra, trabalho digno e uma profunda transformação na qualidade de vida

38 Direito à terra e conquista da sucessão rural

39 Sucessão rural, Inclusão e autonomia

40 Unindo esforços para fortalecer o PNCF

O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO (PNCF) - UMA AÇÃO COMPLEMENTAR À REFORMA AGRÁRIA CONQUISTADA PELO MSTTR

O Brasil é um dos países com a estrutura fundiária mais concentrada do mundo, fruto das opções de desenvolvimento rural implementadas pelos sucessivos governos que sempre privilegiaram modelos baseados na monocultura e na produção em grandes extensões de terra, resultando na degradação ambiental, exclusão e desigualdade.

Em contraponto a esta realidade, as lutas sociais pela terra sempre fizeram parte da história dos povos do campo, da floresta e das águas na busca do direito de viver e produzir com sustentabilidade e autonomia. Destacam-se as lutas protagonizadas no campo a partir dos anos 1950, que foram o embrião para a criação da CONTAG, de Federações estaduais e de Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que formam o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadores Rurais (MSTTR).

Na trajetória de lutas do MSTTR, a reforma agrária sempre foi uma bandeira prioritária, compreendendo que o direito à terra é essencial para asse-

gurar o desenvolvimento rural sustentável e solidário. Neste contexto, foi proposto um programa de crédito fundiário, complementar à reforma agrária, que atendesse, principalmente, aos minifundistas, meeiros e arrendatários. Tal demanda foi aprovada no 2º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, realizado pela CONTAG em 1973.

Apesar desta reivindicação histórica, só 25 anos depois, em 1998, após a aprovação da Lei Complementar nº 93, que foi criado o primeiro programa de âmbito nacional para a compra de terra por trabalhadores(as) rurais. Lançado em 1998, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, tal programa intitulado de Banco da Terra surgiu como desdobramento dos "Programas São José" ou "Reforma Agrária Solidária", que havia sido executado no Ceará, e o "Programa Cédula da Terra", que vigorava em cinco estados do nordeste brasileiro.

A CONTAG e outras organizações sociais do campo foram contrárias ao programa, especialmente porque seguia as orientações do "Novo Mundo Rural", um projeto político que norteava a ação do governo no campo, propondo "reformar a reforma agrária". Previa a descentralização das ações, a implantação de uma "reforma agrária de mercado", apoiada pelo Banco Mundial, e pretendia substituir a desapropriação por interesse social e um conjunto de leis e instrumentos visando enfraquecer e criminalizar as lutas sociais.

Além dos problemas relativos à orientação política do programa, a CONTAG questionava as condições de financiamento que, inadequadas, indicavam uma incapacidade de pagamento do financiamento e de sustentabilidade das áreas. O programa também não excluía as terras passíveis de desapropriação e não previa a participação ou o controle social de suas ações.

A partir da eleição do Governo Lula, que apontava para uma nova orientação política para o campo, a CONTAG pode contribuir na criação de um programa alternativo ao Banco da Terra, buscando atender à demanda que ainda persistia. Foi então criado, em 2003, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) - no âmbito da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Uma política pública de acesso à terra, inclusiva e

descentralizada que possibilita aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, sem terra ou com pouca terra, adquirirem imóveis rurais para exploração em regime de economia familiar

A pressão do Movimento Sindical assegurou condições para que o PNCF fosse, de fato, um programa complementar à reforma agrária, excluindo de suas ações as terras passíveis de desapropriação. Também foram garantidas melhorias nas condições de financiamento e a participação social em todas as etapas do programa, como uma das condições para a sua efetivação.

Ao longo desses anos, o programa passou por importantes melhorias - pautadas pela CONTAG e aprovadas durante a realização de eventos como Grito da Terra Brasil, Festival da Juventude Rural e Marcha das Margaridas -, tornando-o mais acessível e viável para milhares de agricultores(as) familiares em todo o País, principalmente aos jovens, que hoje respondem por mais de 40% dos beneficiários e beneficiárias do Programa.

Após a criação do PNCF, mesmo tendo conquistado inúmeras melhorias nos processos, condições operacionais e nos critérios de sustentabilidade, o MSTTR manteve a luta para assegurar maior qualidade, ampliação e fortalecimento do programa, buscando o atendimento pleno da demanda pelo acesso à terra e o desenvolvimento sustentável das áreas conquistadas.

É importante destacar que as ações para conquistar e fortalecer o PNCF não interromperam o histórico processo de lutas pela reforma agrária no MSTTR, compreendendo ser imprescindível manter as ações de pressão para assegurar o cumprimento do papel do Estado na regulação do direito à terra, no cumprimento da função socioambiental e na redução das desigualdades.

As lutas pela reforma agrária partem da compreensão que somente pela organização e mobilização dos povos é que se altera a realidade de opressão e se conquistam direitos, como o direito à terra, que é essencial para promover a ampliação e o fortalecimento da agricultura familiar, para que esta se torne a base do desenvolvimento rural sustentável e solidário.

RESGATE HISTÓRICO - UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS,

1973

O 2º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais (CNTR) aprovou resolução pela criação de um programa de crédito para compra de terras que atendesse os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

1985

Em outubro foi publicado decreto da Presidência da República aprovando o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Construído no processo de retomada da democracia, o Plano foi resultado de um amplo debate nacional que reuniu contribuições para compor a fundamentação e as estratégias de implantação.

1996

Criado o Projeto São José, que atendeu algumas regiões do Ceará. Em 1997, transformou-se no projeto piloto Cédula da Terra e foi estendido para os estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais.

1998

Criado o programa de crédito Banco da Terra, prometendo reduzir a pobreza rural, elevar a renda agrícola e implantar um modelo alternativo à reforma agrária desapropriacionista. Teve forte oposição da CONTAG e de outros setores ligados ao campo.

2003

Criado o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Fruto da pressão exercida pela CONTAG para que houvesse um novo instrumento de crédito fundiário que atendesse às reais demandas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e fosse complementar à reforma agrária. Possuía, inicialmente, duas linhas: Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) e Combate à Pobreza Rural (CPR), sendo esta financiada com recursos do Banco Mundial.

Lançado em novembro, o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), durante a Conferência da Terra, em Brasília. O PNRA propunha uma ação integrada de governo, com a participação social na sua implementação, e previa, dentre suas metas, o assentamento de famílias pelo PNCF.

CONQUISTAS E DESAFIOS

2008

Publicado, em dezembro, o Decreto 6.672/2008, que tornou a linha Combate à Pobreza Rural, do PNCF, uma política de Estado.
A partir desse ano, o governo brasileiro passou a ter autonomia para gerir os recursos e as regras do programa, após ter dispensado o financiamento pelo Banco Mundial, que ditava o regramento conforme critérios externos.
Com isto foi possível formalizar os adicionais de Juventude, Terra Negra e PNCF Mulher.

2012

O 18º Grito da Terra Brasil pautou a necessidade de aprimorar o PNCF. Em resposta, a presidenta Dilma determinou a criação de um Grupo de Trabalho com a participação de setores do governo e representação dos movimentos sociais, com a finalidade de construir proposições que respondessem às demandas de aperfeiçoamento e atualização do programa.

2013

Após forte pressão dos movimentos sociais do campo, apoiada pela intervenção do MDA, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou as medidas de aprimoramento do PNCF, elaboradas pelo Grupo de Trabalho.
No mesmo ato, foram definidas novas regras para os processos de renegociação de dívidas, que constaram das Resoluções 4177/2013 e 4178/2013 do CMN.
A Resolução 4177/2013 definiu a redução na taxa de juros, criou a linha Nossa Primeira Terra - voltada ao atendimento de jovens rurais - e ampliou a assistência técnica e extensão rural (Ater), estabelecendo prazo de até cinco anos e o repasse de até R$ 1.500 por beneficiário/ano.

2014

Aprovada a Lei Complementar 145/2014, após um amplo processo de mobilização e pressão do MSTTR junto ao governo e ao Congresso Nacional. Resultado de uma antiga luta pelo fortalecimento do processo de sucessão rural, essa lei permitiu que um herdeiro pudesse comprar, pelo PNCF, a fração partilhada dos demais.

2015

Assinado o Decreto 8.500/2015, assegurando a elevação dos limites do teto de renda e patrimônio para fins de enquadramento no PNCF. O anúncio foi feito pela presidenta Dilma Rousseff durante a Marcha das Margaridas 2015.

PARCERIA ENTRE ESTADO E SOCIEDADE - A AUTONOMIA E OS PAPÉIS DE CADA UM NO PROCESSO

Reconhecido por suas lutas, o MSTTR com suas proposições e mobilizações em todos os níveis está legitimado a representar os milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais na luta por programas e políticas que promovam o desenvolvimento e a sustentabilidade no rural brasileiro.

Neste contexto, o MSTTR compreende que as parcerias entre o Estado e a sociedade civil são instrumentos importantes para apoiar a construção de políticas públicas e de atividades que permitam o acompanhamento e monitoramento das mesmas pelas organizações sociais. Esta prática torna-se ainda mais relevante em programas como o PNCF, que tem sua execução descentralizada, é pautado pela mobilização e organização de beneficiários e beneficiárias e prevê a participação social em todas as suas etapas.

É importante lembrar que a atuação do MSTTR foi decisiva na conquista do PNCF como uma ação complementar de reforma agrária e, por esta razão, tornou-se ainda mais necessário assegurar a sua efetividade e aprimoramento. A consolidação da parceria com a SRA/MDA permitiu maior organicidade e qualidade às ações sindicais no acompanhamento e monitoramento do Programa.

A parceria entre a CONTAG e SRA/MDA – A participação e o envolvimento do MSTTR com a questão agrária, com o PNCF e pela construção do desenvolvimento rural sustentável e solidário, orientaram a formulação de uma proposta que foi apresentada pela CONTAG à SRA/MDA, denominada de "Projeto de Qualificação da Participação e do Acesso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais ao PNCF".

Nesta proposta, a CONTAG considerou as situações decorrentes da estrutura fundiária concentrada e do modelo de desenvolvimento rural embasado na monocultura exportadora, que demanda amplas extensões de terra e que leva à exclusão, desigualdade e degradação ambiental. Afirmou o papel da reforma agrária como medida fundamental para garantir um padrão alternativo de desenvolvimento rural, que seja sustentável e solidário e assegure a inclusão social e produtiva dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Destacou, ainda, o papel do PNCF como parte desta construção, uma vez que o Programa permite ampliar o acesso à terra, a sucessão familiar e possibilita a conquista de outros direitos.

Com base no projeto apresentado, foi firmado entre a SRA/MDA e a CONTAG convênio que tinha como objetivos "qualificar e fortalecer a ação sindical na gestão e controle social do PNCF, por meio de ações de capacitação que ampliassem o conhecimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para o acesso ao programa e a melhoria dos processos de mobilização e organização social. Dessa forma, garantindo maior sensibilização e protagonismo social na elaboração de proposições e negociações de políticas públicas que assegurem o desenvolvimento sustentável dos assentamentos, considerando as diversidades regionais e as questões ambientais, de gênero, geração, raça e etnia".

Estratégias e itinerário da caminhada coletiva – Para organizar as etapas e estruturar a realização das atividades previstas no convênio, foi construído um planejamento buscando projetar a dinâmica do processo de implantação do PNCF e a solução das principais demandas previstas pelas instituições parceiras.

Com metas plurianuais, o projeto foi estruturado em etapas, prevendo o detalhamento anual das atividades. Orientadas por metodologias participativas, as ações foram voltadas, principalmente, aos trabalhadores e trabalhadoras, lideranças, dirigentes, técnicos e técnicas da base do MSTTR. Pautadas por temas abrangentes vinculados ao desenvolvimento rural, as atividades destacaram a questão agrária e o PNCF como instrumento de reforma agrária; os modelos de desenvolvimento; as políticas púbicas para o campo; questões ambientais, de gênero, raça e geração; e o papel da mobilização e organização social, entre outros. Ajustes e adaptações no decorrer do processo responderam às demandas da conjuntura e às diversidades locais.

A etapa inicial objetivou, principalmente, ampliar o processo de mobilização e divulgação do PNCF junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais e às organizações sociais. Nesta etapa, além da realização de encontros, seminários e reuniões, foram elaborados materiais de informação e divulgação, composto por cartilha, folder, cartaz e um documentário sobre modelos de desenvolvimento rural e agricultura familiar.

Como desdobramento, as ações de capacitação se voltaram, principalmente, ao fortalecimento da organização social dos trabalhadores e trabalhadoras e à garantia de maior qualidade para as propostas e projetos que atendiam aos beneficiários e beneficiárias do Crédito Fundiário. Neste processo, também foi destacada a atuação sindical voltada à construção e acompanhamento da implantação das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável das unidades produtivas, tema amplamente debatido em reuniões, encontros, seminários e intercâmbios, dentre outras atividades, desenvolvidas nas esferas nacional, regionais, estaduais e em polos sindicais e unidades produtivas do PNCF.

No desenrolar das ações, o convênio passou por algumas mudanças e adaptações que foram necessárias para responder à dinâmica do PNCF nos 21 estados onde é executado e, também, para assegurar a exequibilidade das atividades descentralizadas, previstas no projeto.

O DESENROLAR DA CAMINHADA CONJUNTA

Reuniões do Coletivo Nacional de Reforma Agrária - planejamento, construção de estratégias e avaliação – O Coletivo Nacional é um espaço político que reúne as Diretorias de Política Agrária de todas as Federações de Trabalhadores na Agricultura filiadas à CONTAG. Rotineiramente, realiza análise crítica da conjuntura e do processo de implantação de políticas públicas e sugere estratégias de ação para o conjunto do Movimento Sindical.

No processo de execução do convênio firmado entre CONTAG e SRA/MDA, este foi o espaço privilegiado para planejar as atividades, realizar os balanços e avaliações do processo e redefinir rumos, quando necessário.

Encontros e Seminários Nacionais de Reforma Agrária e Crédito Fundiário – Refletir e compreender a questão agrária para definir caminhos para a ação sindical – Os Encontros e Seminários Nacionais se converteram em importantes espaços políticos para ampliar as análises, debates e compreensões sobre as mudanças que ocorrem no cenário agrário nacional e mundial,

destacando as avaliações sobre os modelos de desenvolvimento rural e o papel da reforma agrária e agricultura familiar.

Estes debates subsidiaram as elaborações e proposições do MSTTR e da SRA/MDA, visando fortalecer a implantação de políticas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Neles, estiveram reunidos os diversos atores envolvidos nas ações de reforma agrária e do PNCF - trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, beneficiários e beneficiarias da reforma agrária e do PNCF, agricultores e agricultoras familiares, dirigentes, lideranças, consultores(as) e técnicos(as), além de representantes de outras organizações sociais, de governos, do parlamento e da academia, que participaram das várias etapas dos eventos.

Estes ambientes plurais de participação foram recheados de histórias, manifestações culturais e troca de saberes e experiências que agregaram enorme conteúdo, fortalecendo a organização e o protagonismo sindical.

Encontros Regionais – Os Encontros Regionais se transformaram em locais privilegiados para ampliar a participação dos atores envolvidos no processo e para trazer o olhar sobre as especificidades das regiões, como ponto de partida para as análises, definições de prioridades e construção do planejamento das ações nos estados.

As atividades foram realizadas nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste/Norte. A junção entre as Regiões Norte e Centro-Oeste ocorreu porque o PNCF é executado apenas nos estados de Rondônia e Tocantins e, também, porque há uma proximidade nas características e processos que envolvem a implantação do programa nestes locais.

Encontros Estaduais – Os Encontros Estaduais reuniram beneficiários(as) e potenciais beneficiários(as) do PNCF, trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, assentados e assentadas da reforma agrária, dirigentes e assessorias sindicais, lideranças locais, membros de associações de agricultura familiar, bem como técnicos e técnicas de instituições governamentais e não governamentais que atuam no campo.

Os Encontros foram importantes espaços para reunir e trocar saberes, aprendizados e experiência entre os vários sujeitos envolvidos com os processos de desenvolvimento rural. Foi possível, também, aprofundar as análises e compreensões sobre as questões locais, definir as prioridades na realização dos planejamentos e identificar as ações capazes de interferir na realidade.

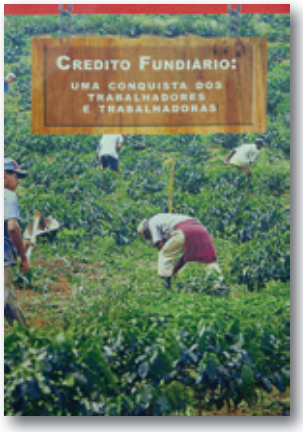
Reuniões nos Polos Sindicais – Os Polos Sindicais se consolidam no MSTTR como espaços informais de organização sindical e se estruturam, normalmente, pelo conjunto de municípios ou de sindicatos com proximidade geográfica, características de atuação e processos de lutas semelhantes.

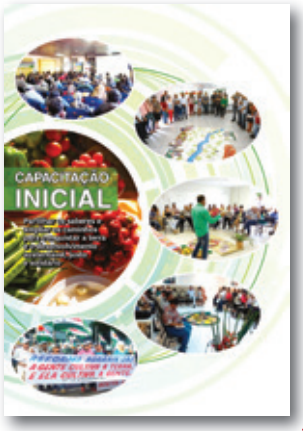
O Coletivo Nacional de Reforma Agrária definiu os polos onde seriam realizadas as atividades previstas no convênio, priorizando aqueles onde se concentravam maior número de unidades produtivas do PNCF e assentamentos de reforma agrária.

Foram realizadas reuniões em 146 polos sindicais, onde participaram trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, beneficiários e beneficiárias do PNCF, assentados e assentadas da reforma agrária, dirigentes, lideranças

e assessorias sindicais, agricultores e agricultoras familiares, além de técnicos e técnicas de organizações e instituições governamentais e não governamentais.

Estas atividades movimentaram os municípios onde ocorreram, promovendo momentos de trocas de informações, experiências, conhecimentos e sonhos entre inúmeras pessoas que queriam conhecer um pouco mais sobre as políticas públicas, o PNCF e as demais ações de reforma agrária e da agricultura familiar.





Reuniões nas Unidades Produtivas – As Unidades Produtivas são as áreas conquistadas, de forma individual ou coletiva, pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais por meio do PNCF. Nestes locais, foram realizadas 77 reuniões, que ocorreram durante a execução da segunda etapa do projeto, entre os anos de 2010 e 2011, e reuniu mais de quatro mil pessoas.

Estas reuniões se converteram em momentos de intercâmbios e troca de saberes e experiências, especialmente entre os pretensos beneficiários do PNCF, fortalecendo os princípios da solidariedade e equidade entre os participantes.

Material Didático e de Informação

Cartilhas

Para auxiliar o processo de mobilização, divulgação e formação sobre o Programa, foram elaboradas três Cartilhas sobre o Crédito Fundiário. Construídas como importantes instrumentos de comunicação e capacitação, fortaleceram as estratégias de acesso ao PNCF e o controle social por parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em relação ao Programa.

Contendo as principais informações sobre as condições e critérios para acesso ao PNCF, as cartilhas foram estruturadas de forma a apoiar o trabalho de dirigentes, lideranças, técnicos e técnicas interessados em divulgar o Programa e capacitar os trabalhadores e trabalhadoras na base do MSTTR, apoiando os processos de organização e acesso à terra e de desenvolvimento das áreas conquistadas.

Folder e Cartaz

Os folders e os cartazes foram elaborados como instrumentos de divulgação e socialização das informações sobre o PNCF.

Veja o filme em: https://www.youtube.com/watch?v=tgJ-6qwp9eHc

Documentário - Agricultura Tamanho Família

Foi produzido um documentário, de média metragem (52 minutos), denominado *Agricultura Tamanho Família*, que discutiu a agricultura familiar como alternativa ao modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio.

Dirigido pelo renomado cineasta Sílvio Tendler, o filme mostra as diferentes formas de agricultura familiar como: agroecologia, sistemas agroflorestais e cooperativas, destacando o quanto ela cria e impulsiona a cultura, a produção, as relações sociais e os afetos no interior brasileiro. Afirma que o agronegócio não é a única modalidade de produção existente no campo, nem é o mais importante para o abastecimento interno e a garantia da segurança e soberania alimentar do povo brasileiro.

Retrata as diversas atividades realizadas e organizadas em unidades produtivas do PNCF, assentamentos de reforma agrária, áreas de agricultura familiar, revelando o protagonismo de homens e mulheres de todas as idades, como sujeitos que produzem e reproduzem qualidade de vida no campo e fazem o desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Apoio técnico para as ações nos estados e regiões - Construção de uma rede tecida pela pluralidade – Para concretizar as atividades previstas no convênio firmado entre CONTAG e SRA/MDA e realizar o acompanhamento da implantação do PNCF, foram contratados técnicos e técnicas para atuarem nos estados onde o Programa é executado e um consultor para o trabalho em âmbito nacional.

Os técnicos(as) desenvolveram atividades nacionais, regionais, estaduais, nos polos e nas unidades produtivas, acompanhando, orientando, capacitando os trabalhadores e trabalhadoras, apoiando a execução das ações previstas no convênio, e fazendo o monitoramento, avaliação e o apoio à implantação das políticas públicas.

A contratação desta equipe permitiu a construção de uma rede nacional de apoio técnico, voltada a subsidiar as ações da CONTAG e das Federações de Trabalhadores na Agricultura em todos os estados, possibilitando maior aproximação com as demandas da base sindical e melhor acompanhamento do trabalho das instituições públicas locais.

OS FRUTOS COLHIDOS PELA AÇÃO COLETIVA

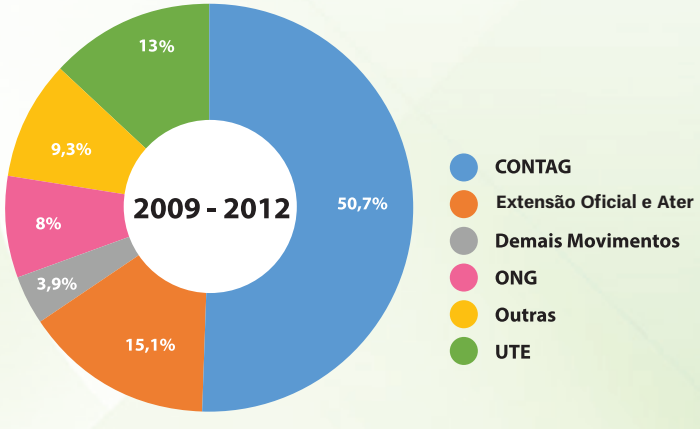
O aumento nas contratações do PNCF, a partir da forte mobilização feita pela CONTAG, mostra a importância da concretização da parceria entre da Confederação e a SRA/MDA. Apesar dos desafios enfrentados nesta jornada, é possível concluir que os objetivos propostos foram plenamente alcançados.

Entre os ganhos obtidos, destaca-se o fortalecimento da ação sindical, a evolução nos instrumentos normativos, a melhoria na estrutura operacional e nas condições de implantação do programa, em especial a redução nas taxas de juros, a ampliação da assistência técnica e extensão rural, a elevação dos tetos de renda e patrimônio definidores da elegibilidade e a criação de linhas específicas de atuação do PNCF, que foram determinantes para ampliar o acesso de mulheres, jovens, negros e negras.

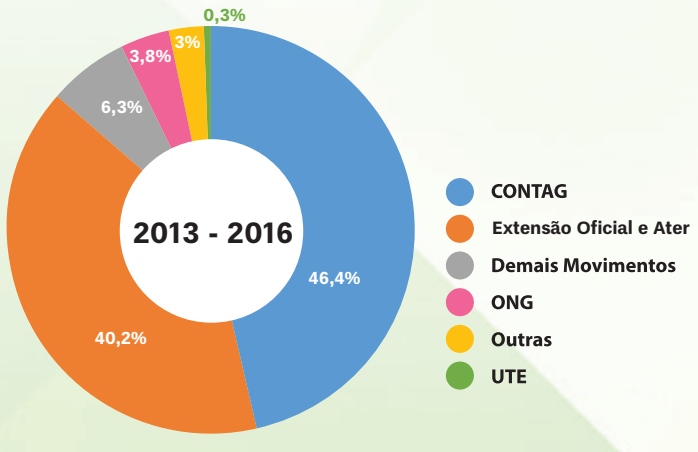
Também se destacam os critérios de sustentabilidade que vêm possibilitando melhorias importantes na implantação dos projetos produtivos e na preservação ambiental das áreas.

No quadro abaixo é possível analisar a evolução da participação do MSTTR no processos de contratação das áreas pelo PNCF.

FAMÍLIAS CONTRATADAS



FONTE: CGPMA - SRA/MDA



FONTE: CGPMA - SRA/MDA

O DIREITO À TERRA TRADUZIDO EM HISTÓRIAS DE VIDA REPLETAS DE SONHOS, REALIZAÇÕES E DESAFIOS

O Brasil é um país plural, onde homens e mulheres de muitas faces, crenças, raças, sotaques e costumes distintos convivem em uma geografia e uma dinâmica social, política, produtiva e cultural pautadas por imensa diversidade.

Neste contexto, é fundamental que qualquer instituição que pretenda realizar ações por todo o País, o faça respeitando esta pluralidade e compreendendo as demandas orientadas na especificidade dos sujeitos e dos locais onde vivem, se organizam e produzem.

Esta compreensão norteou a construção da parceria entre a CONTAG e a SRA/MDA, orientando a realização de atividades nacionais, regionais, estaduais e locais. Um dos resultados mais significativos desta estratégia de atuação foi a identificação e o registro de um valioso acervo de experiências, que contam as histórias de vida de trabalhadores e trabalhadoras rurais que conquistaram a terra pelo PNCF.

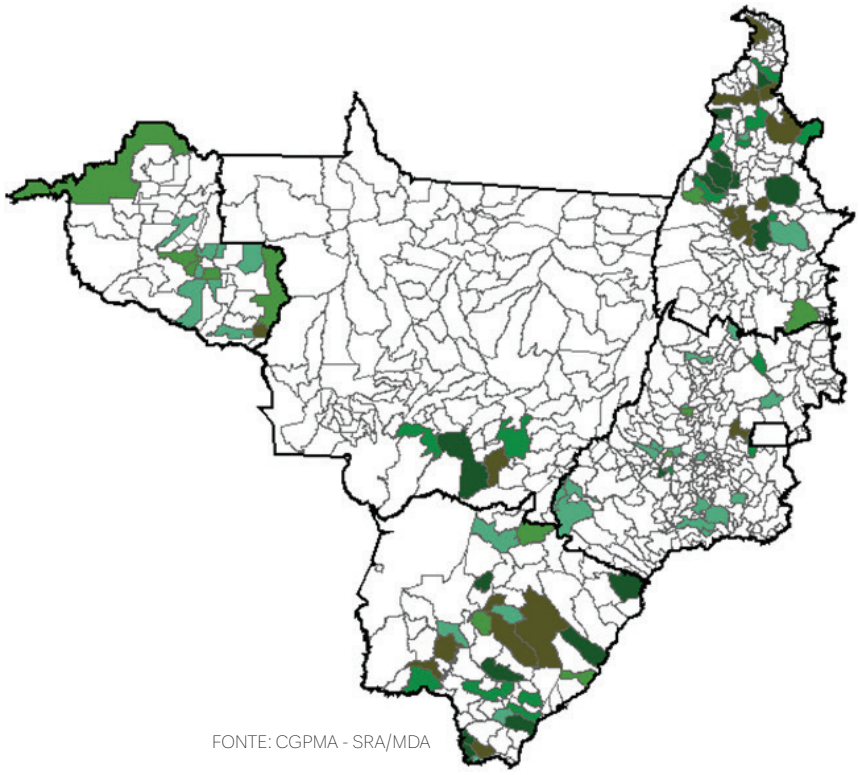
Buscando retratar a diversidade das realidades locais, esta publicação traz o registro de algumas experiências, que foram organizadas por regiões geográficas. Elas contam histórias de vida, de sonhos, de superação e de conquistas de beneficiários e beneficiárias do PNCF, que representam milhares de outros e outras, que estão espalhados por este país afora.

REGIÕES
CENTRO-OESTE E NORTE

A execução do PNCF na região Centro-Oeste se dá em todos os estados com as linhas de Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) e Combate à Pobreza Rural (CPR). Já na Região Norte, o programa é executado apenas nos estados de Tocantins e Rondônia, e os trabalhadores e trabalhadoras contam, além do CAF, também com a linha CPR.

Durante o período de execução do convênio firmado entre CONTAG e SRA/MDA, foram realizadas nas Regiões Centro-Oeste e Norte dois encontros regionais, seis encontros estaduais, 23 reuniões nos polos sindicais e 22 reuniões em Unidades Produtivas do PNCF, que reuniram ao todo mais de mil famílias.

As experiências das Regiões Centro-Oeste/Norte demonstram, principalmente, os processos de consolidação, de integração de políticas públicas, uso de novas tecnologias e sustentabilidade das áreas conquistadas.



FONTE: CGPMA - SRA/MDA

CONQUISTAR A TERRA E O PODER DE FAZER VIDA DO JEITO QUE SEMPRE SONHOU

Por anos, agricultores(as) familiares do município de Antônio João, em Mato Grosso Sul, cultivaram o sonho de ter uma terra para plantar e dela tirar o sustento e o bem-estar da família. O trabalho como empregados em grandes propriedades não gerava muita renda. Mas, em 2007, essa realidade começou a mudar. Foi quando 86 agricultores(as) se organizaram e financiaram uma propriedade de 387 hectares, a fazenda Vera Nilza, e criaram a Associação Progresso. Desde então, essas famílias trilham um caminho de desenvolvimento.

Valdete Franco dos Santos, que hoje preside o STTR de seu município, é um deles. Junto dos três filhos e a mulher Rosenilda, o associado administra um "sítio" de 4,5 hectares, onde cultiva hortaliças e frutas e cria gado de leite, suínos e aves. Orgulhoso, conta que começou do zero. "Morava há 18 anos de favor numa chácara com a minha família. Trabalhei de meeiro, diarista, e tudo mais que aparecia. Minha renda mal dava para comer. Em 2005, ouvi falar do Crédito Fundiário e fui me informar no Sindicato sobre como acessar o programa. Dois anos depois, consegui comprar minha terra e desde então tudo mudou. Plantei cada árvore do pomar, construí tudo aqui do jeito que eu sonhei. Nossa alimentação e a qualidade de vida melhorou uns 200%. Isso só foi possível porque passamos a trabalhar no que era nosso", completou.

Cuidar com carinho do Meio Ambiente – Valdete e seus companheiros também conquistaram o Programa Luz para Todos e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - que custeou o projeto produtivo e permitiu o financiamento de máquinas agrícolas. Com o apoio técnico e a integração das políticas para agricultura familiar, eles construíram casa, adquiriram bombas para irrigação, compraram animais, máquinas e um utilitário para a entrega dos produtos.

De olho no futuro, a Associação Progresso buscou parceria para garantir a comercialização dos produtos e qualidade de vida para as famílias. Os associados contam com o apoio da Prefeitura de Antônio João na manutenção das estradas vicinais, na assistência à saúde, no transporte escolar e na aquisição de alimentos, que é feita por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

A preocupação com a preservação do meio ambiente é central e cuidam com carinho da área de proteção permanente e da reserva legal, zelando principalmente pelas áreas dos mananciais e de cursos d'água.

CONSOLIDAÇÃO, TECNOLOGIA E INTEGRAÇÃO DAS POLITICAS PÚBLICAS

A persistência de muitos agricultores e agricultoras em busca de seus sonhos tem sido essencial para mudar suas histórias. É o caso de Claudiomir Boff e mais 29 agricultores e agricultoras familiares do município de Lucas do Rio Verde (MT) que, a partir do processo de organização destas famílias, adquiriram uma área pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e, com o apoio do STTR, decidiram criar a Associação dos Chacareiros do Guatá (Alchaca), dando início a uma história de conquistas e realizações.

O trabalhador rural Claoudiomir Boff migrou para o Mato Grosso em 1990, com a perspectiva de comprar uma terra para viver dignamente da agricultura. Enquanto esse dia não chegava, trabalhava de meeiro e de assalariado rural na propriedade de outras pessoas, mas sem perder o sonho de vista.

O sonho se tornou realidade para ele e os demais associados e associadas em 2012. "Mudamos a nossa história no dia em que percebemos que, juntos, podíamos conquistar as nossas terras, o que foi possível graças ao Crédito Fundiário. Hoje, somos proprietários, temos a nossa 'chácara', uma conquista que não tem preço", disse o beneficiário e atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Lucas do Rio Verde.

Organização e Integração de políticas públicas – produção de alimentos e vida melhor – A associação cujo Claudiomir Boff é presidente foi buscar nas políticas públicas - federais e municipais – projetos e recursos que possibilitassem o desenvolvimento sustentável das áreas. Com os recursos do PNCF, do Pronaf A e Pronaf Mais Alimentos, as 30 famílias custearam a produção e estruturaram suas propriedades.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) foi integrada a programas da prefeitura, o que permitiu a qualificação da produção e a aquisição do Selo de Origem Municipal, permitindo a comercialização de hortaliças, legumes, grãos e produtos de origem animal em toda a região.

A Alchaca ou Associação Guatá, como é mais conhecida, é responsável por cerca de 40% dos produtos comercializados no Pnae. O excedente é vendido nos mercados e feiras do município.

"Não ficamos à mercê da sorte. Organizados, fomos buscar no MDA e na prefeitura programas e políticas que poderiam nos ajudar a melhorar a qualidade de vida e a produção, e deu certo. Melhoramos a alimentação e a autoestima", completou Boff.

TECNOLOGIAS ADEQUADAS - MAIOR QUALIDADE DE VIDA E MELHORIA NA RENDA DAS FAMÍLIAS

A conquista da terra, aliada a tecnologias adequadas à agricultura familiar, asseguram mudanças significativas na qualidade de vida e no modo de trabalhar, além de garantir ampliação nos ganhos com a produção, como contam os(as) beneficiários(as) da Associação dos Produtores Rurais de Vilhena (RO). Com o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia (FETAGRO), orientações técnicas e recursos do Programa Nacional de Crédito Fundiário mudaram a forma de plantar e diversificaram a produção, transformando pequenas áreas em espaços de produção variada e rentável.

Um exemplo dessa transformação aconteceu na propriedade de Edson Martins Mariano, que cultiva 1,5 hectare e obtém renda de mais de R$ 100 mil reais por ano. Isso ocorreu depois que ele passou a usar tecnologias, como estufas para produzir tomates, repolhos, milho e outras olerícolas, além de sistema de irrigação por gotejamento, com fertilizantes e adubos apropriados e viveiro para produção própria das mudas de melhor qualidade.

"Foi surpreendente, tanto na renda quanto na qualidade dos produtos que colhemos. Havia desistido da agricultura por falta de estrutura e de rendimento. O Crédito Fundiário me trouxe de volta e não pretendo sair mais", disse o agricultor.

Assim como os Mariano, Mailza e Thiele também aderiram às novas tecnologias. Com acompanhamento técnico, dobraram a quantidade de frutos plantados numa mesma área de dois hectares, sem prejuízo para o solo ou para o produto. "O sistema rotativo e a nova forma de plantio nos permitem colher 35 mil frutos por ano, que são vendidos por R$ 2,50. Com as perdas e os investimentos necessários, sobram em média 30 mil frutos, que garantem uma renda muito boa. Com mais dinheiro foi possível construir nossa casa, comprar um carro para a entrega dos frutos e ter uma vida mais digna", avaliou Mailza.

Os(as) beneficiários(as) da Associação dos Produtores Rurais de Vilhena comercializam o que produzem para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), feiras de produtores e mercados de Vilhena (RO) e de mais quatro cidades vizinhas.

AGROECOLOGIA - A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL QUE TRANSFORMOU A VIDA DAS PESSOAS E DA COMUNIDADE

Produzir de forma sustentável integrando o cultivo de hortaliças com a criação de galinha caipira: além de saudável, tornou-se mais rentável que o plantio convencional e transformou a vida de 30 famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Isto acontece em Nova Rosalândia (TO) e em municípios vizinhos, onde foi possível melhorar a renda e a qualidade de vida de centenas de pessoas.

Depois de algumas tentativas frustradas de plantio mantendo o uso de agrotóxicos, os agricultores e agricultoras familiares da Associação de Pequenos Produtores Rurais Monte Alegre de Pium decidiram mudar a forma de produzir e passaram a usar adubos orgânicos no cultivo das hortaliças e na criação de peixes. O resultado foi uma produção saudável com grande aceitação na região.

Para o agricultor Elivandro Ribeiro, o conhecimento e a assistência técnica qualificada fizeram a diferença. "No começo foi bem difícil. Mas vimos na produção agroecológica uma alternativa de melhorar o ganho e a produção. Tivemos informação e orientação técnica em todo o processo de transição, o que nos ajudou muito. Montamos as hortas circulares e passamos a utilizar o esterco das aves e os restos das hortaliças como adubo e as galinhas na prevenção de pragas nas hortas. O resultado foi surpreendente", comentou.

Mais conhecida como 'Comunidade Só Se Vendo', a associação comercializa a produção pelos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar (Pnae) e nas feiras de agricultores familiares em quatro municípios da região.

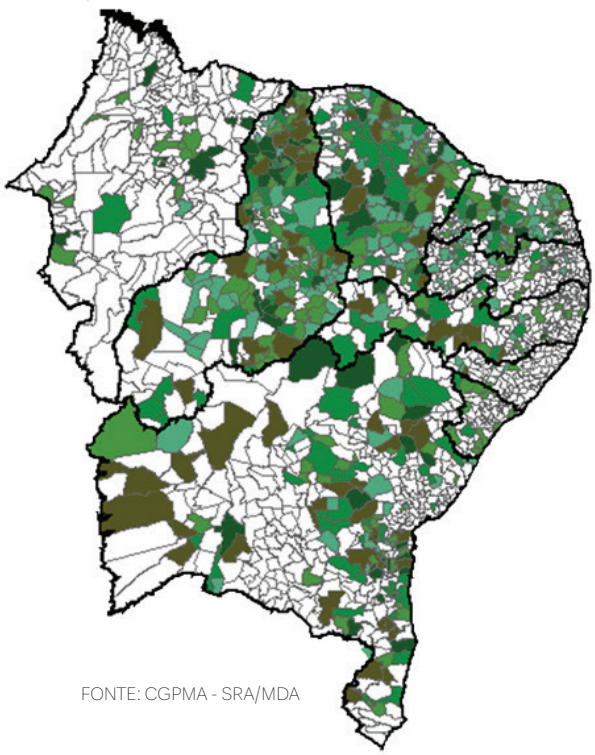
"Nossa vida melhorou bastante. Além de termos aumentado nossa renda e a qualidade de vida de nossas famílias, ainda somos responsáveis pelo alimento saudável que as pessoas consomem. Isso é muito gratificante", disse a presidente da associação, Irene Maria de Andrade.

REGIÃO NORDESTE

O PNCF é executado em todos os estados da região Nordeste e o acesso dos trabalhadores e trabalhadoras rurais ao programa se dá, principalmente, por meio da linha de Combate à Pobreza Rural (CPR), que permite o uso de recursos subsidiados e adicionais não reembolsáveis destinados à estruturação das áreas, para projetos específicos protagonizados por mulheres (PNCF Mulher), jovens e negros(as) (Terra Negra), e para atividades sustentáveis ambientalmente desenvolvidas no Semiárido.

Pelo convênio firmado entre CONTAG e SRA/MDA, foram realizados dois encontros regionais, sete encontros estaduais; 44 reuniões nos polos sindicais; e 34 reuniões em Unidades Produtivas do PNCF. Estas atividades mobilizaram mais de 5 mil famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais em toda a região.

Um pouco das histórias de lutas, conquistas e superação é contada a seguir por beneficiários e beneficiárias nordestinos, que representam muitos outros.



FONTE: CGPMA - SRA/MDA

DEMANDA PNCF

Nº de Famílias

- 0 - 10
- 10 - 25
- 25 - 45
- 45 - 75
- 75 - 305

SONHOS, LUTAS E TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE

Vivendo na pobreza extrema, 15 famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais do município de Batalha (AL) sonhavam com uma vida digna e em aumentar sua renda, pois trabalhando como diaristas nas fazendas da região recebiam menos de R$ 200,00 no mês. Cansados da exploração de trabalhar muito, por muito pouco, foram buscar oportunidades e foi aí que o Programa Nacional de Crédito Fundiário entrou de vez em suas vidas.

Com o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Alagoas (FETAG-AL), que os auxiliou na organização do grupo e na compra da terra, criaram a Associação Cajá dos Negros e adquiriram cerca de 150 hectares pela linha Consolidação da Agricultura Familiar-Coletivo (linha do programa que existia na época), cujos recursos, mesmo sendo reembolsáveis, lhes permitiram estruturar a propriedade. Pelo Pronaf, eles compraram as matrizes, iniciando uma bem sucedida criação de gado de leite, que produz hoje 700 litros/dia.

Para a beneficiária Rosa Leite da Silva, ter conquistado a terra foi o que de melhor aconteceu com a sua família. "Acordo feliz e tranquila, pois não precisamos mais implorar serviço em troca de uma miséria de salário. Esse tempo acabou, graças a Deus", conta a agricultora, que transformou sua vida e tem enorme prazer em mostrar a casa reformada e mobiliada, como exemplo do que estão conseguindo melhorar e lhes garante muito mais qualidade de vida.

Conquista da terra - liberdade, trabalho, dignidade e sustento – Cada uma das 15 famílias, hoje bem estruturadas, possuem, individualmente, 10 hectares onde construíram suas casas, plantam suas hortas, cultivam grãos (feijão e milho), palma forrageira e criam pequenos animais para consumo.

Na área coletiva criam 180 cabeças de gado e a produção é integralmente vendida para a Cooperativa de Produção de Leite de Alagoas (CPLA), o que lhes garante uma renda quatro vezes maior do que nos tempos de diarista.

Para melhorar a produção, adquiriam, por meio de programa estadual, um tanque de resfriamento com capacidade para 2 mil litros/dia.

O beneficiário Cícero Leite da Silva conta que, em outros tempos, ele e a mulher deixavam de comer para ter o que dar para as filhas, e isso o deixava muito angustiado. "Mas demos duro e fizemos a oportunidade dar certo. Os dias de angústia e fome se acabaram. Hoje somos livres, donos da terra, o que nos dá o trabalho, a dignidade e o sustento", argumenta orgulhoso.

PERSISTÊNCIA NA LUTA PARA CONQUISTAR A TERRA

Para muitas famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) tem se tornado uma alternativa para realizar o sonho de ter seu "pedaço de chão" e dele tirar o sustento e conquistar qualidade de vida. Foi assim com 18 famílias do município de Chorozinho, no Ceará.

Vivendo como meeiros, essas famílias tinham uma renda muito baixa. No final de 2005, se organizaram e passaram a integrar um acampamento de trabalhadores e trabalhadoras sem terra, mobilizado pela FETRAECE no município. Ali ficaram por três anos, lutando pela desapropriação da terra pelo INCRA. No entanto, em razão de limites legais, a área não pode ser transformada em assentamento.

As 18 famílias permaneceram mobilizadas e, em 2009, fundaram a Associação Rancho Alegre e compraram, pelo PNCF, um imóvel rural com 126 hectares, que era próxima à área do acampamento e fazia divisa com o rio Choró e a movimentada rodovia estadual CE 122, que liga Fortaleza ao Sertão Central do Ceará.

Além das hortas cultivadas nos quintais produtivos, eles criam porco, galinha caipira, gado de leite e caprino. Com o sistema de irrigação, cultivam feijão, salsa, cebolinha, pimenta de cheiro e pimentão, que usam para consumo próprio e para abastecer um restaurante gerido pela associação, e vendem o excedente em feiras da região.

Diversificação da produção – alimentos saudáveis e renda para as famílias – O fato de estarem bem próximos à rodovia despertou a ideia de utilizar parte dos recursos do Subprojeto de Investimento Comunitário (SIC) para a construção de um espaço de

comercialização dos produtos da associação. Bem aceita por todos e todas, a ideia acabou ganhando força e virou restaurante Terra Viva, que há sete anos serve comida de qualidade para milhares de viajantes que transitam diariamente por ali.

Com um cardápio produzido 100% com produtos e matérias-primas oriundas da associação e de comunidades vizinhas, o Terra Viva é administrado por duas famílias beneficiárias, eleitas em assembleia, que se revezam de dois em dois anos. Boa parte da renda obtida (70%) é para gerir o estabelecimento e pagar os produtos adquiridos, e 30% vai para um fundo que é utilizado no pagamento da prestação do financiamento da área, sem prejuízo para a Associação e nem para os associados(as).

Segundo Raimundo Silvano Costa, que junto com a esposa Antônia (Lora) administra o Terra Viva, o PNCF promoveu transformações importantes na vida das famílias. “Nossa vida melhorou foi muito, porque ninguém precisa mais ir atrás de trabalho, cada um cuida do que é seu e não tem que depender de ninguém. “Se não fosse esse programa não teríamos o que temos, porque além da terra ele nos permitiu estruturar a associação (com recursos do SIC), montar um restaurante e viver dignamente como agricultor(a) familiar”, conta Raimundo.

Ele conta ainda que, a venda dos produtos para o restaurante garante a todos da associação um ganho de mais de 200% em relação ao que tiravam antes. “Temos renda, comida de qualidade na mesa todo dia, pagamos a terra e ainda dá para tirar um dinheiro extra com a venda do excedente da produção. Vivemos muito melhor agora”, afirma.

MULHERES NA LUTA PELA TERRA - PROTAGONISMO, OPORTUNIDADES E LIBERTAÇÃO

Liderança, garra e persistência, adjetivos que levaram a jovem trabalhadora rural Francisca Maria Costa Oliveira a coordenar, por quatro anos, a organização de 20 famílias de agricultores e agricultoras familiares para a estruturação da Associação Comunidade Caldeirão, em Campo Maior (PI), e a compra da terra, realizada em 2010, pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Com apenas 28 anos, Francisca é exemplo de mulher guerreira. Além da lida na terra, o que faz todas as tardes, a jovem ainda é coordenadora de juventude do STTR de Campo Maior (PI), é secretária da Associação, mãe, e, mais recentemente, universitária. "Antes de ter o direito à minha própria terra eu vivia acomodada, esperando que alguém fizesse por mim. Quando surgiu a oportunidade de comprar a terra em que já trabalhava como arrendatária e de presidir a associação, percebi que precisava sair da minha zona de conforto e enfrentar tudo o que viesse. E foi o que fiz", explica entusiasmada.

A jovem conta que, como presidenta da associação, acompanhou a elaboração do projeto para a aplicação do recurso não reembolsável, oriundo do Subproduto de Investimento Comunitário (SIC) – disponível para quem acessa a linha Combate à Pobreza Rural. "Não tínhamos nada, nem água, nem casa, nem luz e não foi fácil. Tivemos muitos problemas com a empresa contratada, mas persistimos e conseguimos construir as casas, por luz e água na comunidade, implantar projeto de irrigação e, ainda, reflorestamos parte da área com frutíferas regionais. Hoje, todas as famílias têm casa boa, com água encanada, e mais qualidade de vida, com uma renda 300% maior. As mudanças foram muitas", completou.

Autonomia e protagonismo – Reforçando o protagonismo da mulher camponesa, Francisca coordenou a elaboração do projeto, envolvendo nove mulheres da associação que, como ela, eram titulares nos contratos para que acessassem o PNCF Mulher. Com ele, elas construíram um aviário e expandiram a área de produção da Comunidade. "Plantávamos para subsistência. Nosso lucro vinha da comercialização da palha da Carnaúba e das vassouras que fazíamos com ela. Mas isso também está mudando. Além do dinheiro obtido com a venda das galinhas, estamos plantando milho, feijão, mandioca e melancia, e criando peixes para a venda direta", explicou.

E a jovem completa: "Nessa jornada aprendi muito com a comunidade e me redescobri como mulher, mãe e agricultora. Hoje me considero uma mulher feliz e realizada!"

COMBATE À POBREZA, INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS E INOVAÇÃO

A conquista do direito à terra assegurou profundas transformações na vida de trabalhadores e trabalhadoras sem terra que vivem no semiárido pernambucano. Foi o que ocorreu com os 12 beneficiários e beneficiárias da Associação Comunitária Malhada Real, de Lagoa Grande (PE), no Vale do São Francisco.

Como assalariados e assalariadas rurais, recebiam um salário mínimo por mês, que mal dava para as despesas. Descobriram novos sonhos e perspectivas, quando conheceram, por intermédio da FETAPE, as alternativas possíveis por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário e decidiram se organizar para mudar suas realidades e de suas famílias. Em 2006, financiaram 180 hectares pela linha Combate à Pobreza Rural e criaram a Associação Comunitária Malhada Real, que atualmente produz, em média, 120 toneladas de uva irrigada por ano, promovendo uma verdadeira transformação. "O Crédito Fundiário trouxe dignidade e liberdade para a vida da gente. Nos permitiu deixar de ser empregados. Viramos patrões de nós mesmos e conquistamos tudo o que temos hoje", conta o beneficiário Francisco Ferreira Lopes.

Com o financiamento quitado seis anos antes do prazo - que gerou à associação um desconto de R$ 34 mil pelo pagamento em dia; uma renda líquida de mais de cinco salários mínimos por mês; uma comunidade estruturada com escola, igreja e muitas outras conquistas; as famílias comemoram. "Todos nós temos casas boas, carro, moto e educação para os nossos filhos. Temos a vida e a renda que sempre sonhamos e merecemos. Sabemos que houve muito do nosso esforço e trabalho nessa mudança de realidade, mas se não fosse a conquista do

Crédito Fundiário, dos incentivos do Pronaf e de programas estaduais de irrigação, nunca teríamos conseguido adquirir nossa terra, estruturar a propriedade e colher os resultados", completou Lopes.

Diversificação e Renda – A produção de uva desta área conquistada pelo PNCF abastece os mercados da região e de quatro capitais do Nordeste (Fortaleza, Natal, Recife e Aracaju). Com recursos do programa "Mais Alimentos", as famílias iniciaram a diversificação das frutíferas, ampliando a área cultivada em 26 ha, sendo 13 ha para a produção de manga e 13 ha para o plantio de goiaba. Com a venda das frutas, a previsão é que ampliem os ganhos em 100%.

DIREITO À TERRA - COMBATE À POBREZA E SUCESSÃO RURAL

Imagine trabalhar durante anos na terra, criar seus filhos nela e, de repente, ver tudo se perder... Essa poderia ser a realidade de 16 famílias de agricultores e agricultoras familiares do município de Mogeiro, na Paraíba, se não fosse possível adquirir a terra pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Empregados de uma fazenda há mais de duas décadas, esses trabalhadores e trabalhadoras mantinham uma relação de amizade e lealdade com o proprietário que, em 1997, resolveu doar para eles as terras. Tudo foi acertado, mas nada oficializado. Em 2000, o filho do fazendeiro avisou que a terra pertencia à família e que, se preciso fosse, os tiraria de lá, já que não havia documento que comprovasse a doação.

Em 2004, foram surpreendidos por um mandado oficial de desocupação da área. Sem saber o que fazer num primeiro momento, decidiram buscar ajuda no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Mogeiro (PB). Fortalecendo a organização das famílias, o Sindicato ajudou com informações, capacitação e orientações sobre os processos de resistência e as alternativas para conquistarem a terra.

Contando com assessoria técnica de uma entidade parceira do PNCF, elaboraram o projeto de financiamento da terra e, apoiados pelo STTR, trocaram a situação de desespero que viveram quando foram ameaçados de despejo pelo sentimento de alívio e alegria. Em 2006, adquiriram a propriedade do Sítio Guararema - uma área de 213 hectares, onde haviam trabalhado a vida inteira. Nela, conquistaram a liberdade e o direito de plantar milho, fava, feijão e horticultura, além de criarem gado de corte e peru para comercialização, e algumas vacas leiteiras, suínos, galinhas e bodes para subsistência.

Na escola, que foi construída há 10 anos pela prefeitura na área, muitas mulheres e jovens da unidade produtiva, que se formaram professoras, cuidam de

maneira integrada com as atividades do campo, da educação fundamental das 25 crianças que vivem na comunidade.

Direito à terra - alternativa para as mulheres e garantia de sucessão rural – Dos beneficiários(as) que adquiriram a área pelo PNCF, quatro são mulheres e quatro são jovens. Para a beneficiária Ester Luciano Rodrigues, a conquista da terra foi o troféu ganho por uma história de superação. Aos 29 anos, ficou viúva com oito filhos para criar. O jeito foi assumir a lida da roça. Para isso, contou com a importante ajuda da cunhada Creuza Luciano Rodrigues, que dividia com os sobrinhos mais velhos e alguns vizinhos o trabalho na lavoura.

"Foram tempos difíceis", conta Creuza. "Tínhamos que sobreviver. Eu saia cedo com os dois mais velhos para a roça, de enxada na mão, debaixo de sol quente. Ester cuidava da criação, da horta e dos meninos menores. Quando veio a notícia que íamos perder nossa terra, ficamos desesperadas. Mas, graças a esse programa do Governo Federal que conquistamos, hoje plantamos em uma área que é nossa e agora os meninos assumiram a lida", assinala a tia.

Dos filhos de Dona Ester, seis permanecem na agricultura. Destes, três são também beneficiários. Nem os mais novos pensam em sair do meio rural. Francisco de Assis Rodrigues, 23 anos, garante que não vê na cidade a perspectiva de realização que o campo lhe dá. "Essa terra é nossa. Nela a gente planta, cria e assim dá continuidade ao trabalho de nossos pais. Na cidade somos mais um. Meu irmão mesmo foi para o Rio de Janeiro tentar a sorte e já está querendo voltar. Disse que lá a vida é muito mais dura, e nada é dele como aqui."

CONQUISTA DE UMA VIDA DIGNA E LIBERDADE

Empregar a experiência adquirida ao longo do tempo trabalhando em terras arrendadas para transformar a própria realidade, cultivando na terra conquistada, é um sonho que se realiza. Foi o que aconteceu com Elielson, seu irmão Ednaldo e seu primo Francisco, que, em 2010, criaram a Associação dos Beneficiários do Projeto de Assentamento Santa Rita e adquiriram, pelo Credito Fundiário, a Fazenda Santa Rita, propriedade de cerca de 60 hectares, onde trabalhavam como arrendatários, no município de Assú (RN).

"Quando soubemos da venda da fazenda procuramos o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Assu e a Empresa Técnica de Assistência Agropecuária (ETAGRO) para nos ajudar com a proposta e na elaboração do projeto. Foi aí que nossas vidas começaram a mudar", disse Elielson Aurino da Silva, presidente da Associação.

Com a liberação do Subprojeto de Investimento Comunitário (SIC), recurso não reembolsável, o grupo optou em investir na estruturação da propriedade. Construíram as casas, fizeram o cercamento e a perfuração e instalação de um poço de 200 metros (alcançando uma vazão de 25 m^3/h), que permitiu a implantação de dois hectares de irrigação para o plantio de fruticultura e legumes.

Logo nas primeiras safras, o preço do tomate alcançou valores altos no mercado, tornando o plantio muito lucrativo. Com o lucro obtido, eles investiram em diversificação da cultura, adquiriram carro, dois tratores usados e compraram, à vista, mais uma área vizinha a deles, ampliando a produção.

Com o recurso do Pronaf A, foi instalado mais um poço, com as mesmas características do anterior, possibilitando a ampliação da área irrigada. Produzem, com sucesso, tomate, pimentão, batata doce, melão, melancia, mamão e goiaba, que vendem para o Ceasa de Natal, em feiras livres e no comércio de Assú e cidades vizinhas.

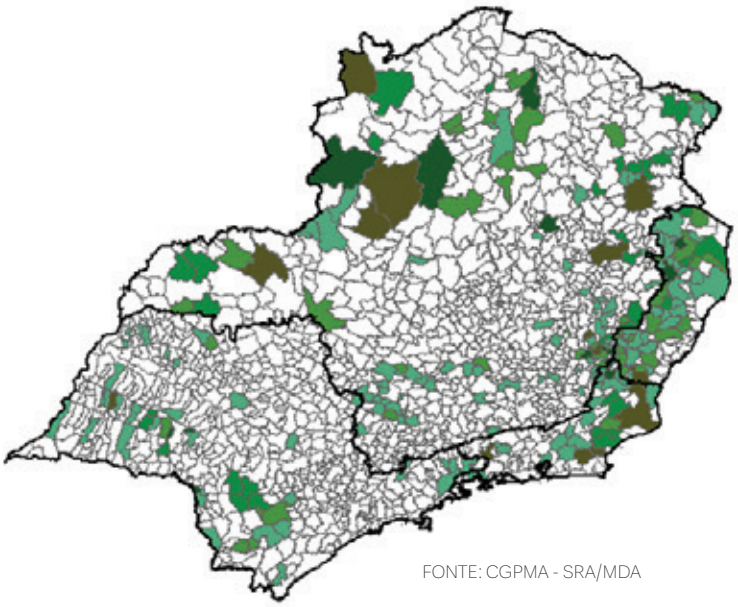
Elielson conta que quando terminava o arrendamento não sobrava nada. "Não tínhamos como pensar em projetos a longo prazo, porque nosso ganho era limitado. Agora temos uma vida digna, não somos mais 'escravizados', já vemos o fruto do nosso trabalho e isso nos deixa muito felizes. Graças a Deus não temos o que reclamar. Mas, claro, que se tivermos mais oportunidade vamos crescer mais ainda", conta com orgulho o presidente.

REGIÃO SUDESTE

Os estados do Sudeste diferem significativamente entre si em termos de características econômicas e geográficas, o que influencia diretamente na forma de execução do PNCF na região. Nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, os trabalhadores e trabalhadoras rurais têm acesso ao PNCF pelas linhas CAF, CPR e Nossa Primeira Terra (NPT). No Rio de Janeiro, somente está sendo executado a linha da Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), apesar de haver no estado potencial para as demais linhas.

Com as ações realizadas pelo convênio entre CONTAG e SRA/MDA, foram mobilizadas mais de 2 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais, dirigentes e lideranças sindicais, além de técnicos e técnicas de instituições governamentais e não governamentais, que participaram diretamente das atividades. Foram realizados dois encontros regionais; quatro encontros estaduais; 13 reuniões em Unidades Produtivas do PNCF e 15 reuniões em polos sindicais.

Combate à Pobreza, consolidação das unidades produtivas, sucessão rural, inclusão social e produtiva e ampliação das oportunidades são algumas das características das conquistas de beneficiários e beneficiárias do PNCF, que são descritas nas experiências exitosas desta região.



FONTE: CGPMA - SRA/MDA

DEMANDA PNCF

Nº de Famílias

- 0 - 10
- 10 - 25
- 25 - 45
- 45 - 75
- 75 - 305

TERRA NEGRA BRASIL – ALTERNATIVA DE CONQUISTA DA TERRA PARA NEGROS, NÃO QUILOMBOLAS

Imagine nascer, crescer e trabalhar por anos a fio numa propriedade que não é sua e depois poder comprá-la. Um sonho que parece distante, mas que se tornou realidade para uma família de trabalhadores(as) rurais de Rio Bananal, no norte capixaba.

Em 2014, Lindomar de Souza, sua mãe, seus quatro irmão e uma tia formaram a Associação do Córrego Bley e adquiriram 38,72 hectares pela linha Combate à Pobreza Rural do PNCF, tornando-se donos da terra em que viviam e trabalhavam desde sempre.

Segundo Lindomar, que é presidente da Associação, eles conheceram o Crédito Fundiário por intermédio de uma amiga. Interessado, foi buscar junto ao STTR as informações necessárias para acessá-lo e construir a proposta. "Logo vi nesse programa uma oportunidade. Falei com meus irmãos e minha mãe e decidimos aceitar esse desafio", conta entusiasmado.

Ampliando os sonhos e conquistando direitos – Com os recursos do Subprojeto de Investimento Comunitário (SIC), eles reestruturaram a lavoura de café, modernizaram o sistema de irrigação, compraram mudas de pimenta e pequenos animais para criação e consumo das famílias. Por serem negros, não quilombolas, tiveram acesso ao adicional de recursos previsto no PNCF chamado de "Terra Negra". Com este valor, compraram ferramentas (roçadeiras, perfurador de solo e outras) para uso e ampliação do cafezal.

Recentemente, as famílias iniciaram o plantio de mais 19 mil pés de café, que irão se somar aos 16 mil que existiam na propriedade. A expectativa é produzir 700 sacas no próximo ano, aumentando em mais de 50% a produção e a renda anual das famílias.

"Além da conquista da terra, esse programa nos permitiu melhorar a propriedade e conhecer mais sobre a importância do associativismo. Agradecemos sempre a Deus por nos ter possibilitado esse benefício. Valeu a pena demais", disse orgulhoso o agricultor.

COMBATE À POBREZA E CONCRETIZAÇÃO DE SONHOS COM O DIREITO À TERRA

O direito à terra, conquistado pelo PNCF, foi o elemento transformador na vida de Irani Lotero Teofilo e de mais seis trabalhadores e trabalhadoras rurais que organizaram a Associação Vista Alegre, em Divino (MG). Puderam recontar suas histórias de vida fazendo o que mais gostavam, que era lidar com a terra.

Irani conta que, com o que ganhava como meeiro, atividade que exercia antes do PNCF, ele, sua mulher e os oito filhos, viviam uma situação econômica muito precária. "Muitas vezes não sobrava dinheiro nem para a comida. Era triste", completa.

Em 2011, seu vizinho e membro da Regional de Muriaé da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG), Noel Sobrinho, falou sobre o Crédito Fundiário, orientando sobre um programa que possibilitava a compra da terra, mesmo para quem não tinha muito recurso, e isso muito lhe interessou. Vendo que poderia dar certo, ele e o filho, Alessandro Teófilo, (na época com 22 anos), uniram-se a um grupo que estava organizando uma associação para ter acesso ao PNCF. Em 2012, veio a confirmação de que a proposta da associação, para a compra de 22,6 ha pelo Programa, havia sido aprovada. Com a terra, a vida dele, da esposa, a do filho e dos demais trabalhadores e trabalhadoras, finalmente, começaria a mudar.

Como o financiamento foi pela linha de Combate à Pobreza Rural (CPR), a associação teve direito a recursos não reembolsáveis, do Subprojeto de Investimento Comunitário (SIC). Estes valores foram utilizados na construção do celeiro (tulha), na reestruturação do cafezal, na compra de uma derriçadeira (máquina de apanhar café), entre outras ferramentas para estruturação da propriedade.

Além dos oito mil pés de café que garante à família uma renda "mais certa", Irineu planta milho, feijão, mandioca e banana. Parte dessa produção é para consumo próprio e outra parte ele vende para o comércio local. A casa dele e do filho foram construídas com recursos do programa Minha Casa Minha Vida Rural e ambos têm carro. "Graças a Deus, a nossa organização e ao PNCF, agora temos dignidade no trabalho e no ganho. Os tempos de miséria ficaram no passado. Eu e minha família estamos muito felizes e satisfeitos", disse o beneficiário.

TERRA, TRABALHO DIGNO E UMA PROFUNDA TRANSFORMAÇÃO NA QUALIDADE DE VIDA

Crença, organização e trabalho duro foram ferramentas poderosas de transformação da realidade e na vida de sete irmãos da família Purificação.

Agricultores familiares, sem terra, seis rapazes saíram, em 2001, a convite do irmão mais velho, do interior do Mato Grosso do Sul para Itapetininga (SP). Lá, três deles foram trabalhar como assalariados em fazendas da região e os outros quatro arrendaram uma área para trabalhar, todos sempre sonhando em juntar dinheiro para comprar um pedacinho de terra.

Em 2005, conheceram e tiveram acesso ao Programa de Crédito Fundiário, pela linha Consolidação da Agricultura Familiar (CAF-Coletivo) - que existia na época -, fundando a associação familiar Sol Nascente. E, em parceria com a FETAESP, conquistaram o direito à terra e transformaram radicalmente suas realidades.

O objetivo deles era trabalhar com uma forma de cultivo mais inovadora e de menor risco, a plasticultura, que utiliza estufas para a produção, aumentando a qualidade e a produtividade em relação à prática em campo aberto. E assim fizeram.

Dos 25,41 hectares adquiridos, sete foram ocupados por estufas com o plantio de tomate, pimentão e pepino, utilizando-se de adubo orgânico, o que melhorou a produção e a qualidade dos legumes produzidos. O restante da área foi dividido entre os sete, em partes iguais, para que fossem construídas as casas e os respectivos quintais produtivos.

Escrevendo uma nova e bem-sucedida história – Onze anos depois, com trabalho, dedicação e investimentos constantes, os irmãos produzem, mensalmente, 180 toneladas de legumes por mês (tomate, pimentão e pepino). Seus produtos são comercializados nacionalmente para os Hipermercados Açai e Tenda, e regionalmente para os supermercados Avenida e Ricoy. A produção rende à Associação mais de R$ 1 milhão/ano, e parte desse retorno é reinvestido na propriedade.

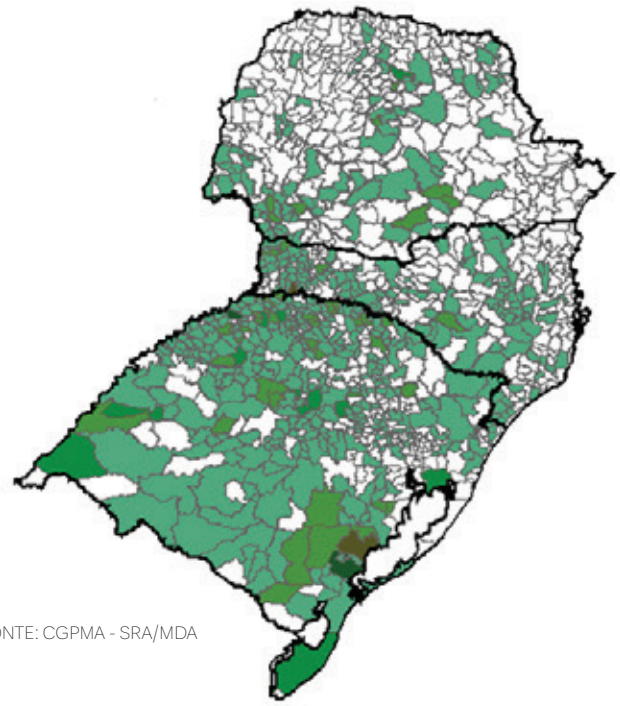
A Associação possui, também, um galpão de 300m², onde tratam e armazenam a produção, três caminhões, tratores, carretas e rotativa agrícola. Além disso, cada um dos sete irmãos possui uma boa casa e carro.

"Começamos do zero, sem nada, era só a terra, recém-adquirida, e um sonho. O sucesso que alcançamos é fruto de muito trabalho, esforço coletivo, dedicação e investimentos. O Crédito Fundiário nos trouxe terra, trabalho digno e uma profunda transformação na nossa qualidade de vida. Seremos eternamente gratos", disse Paulo Rogério da Purificação, um dos irmãos.

REGIÃO SUL

Nos estados do Sul, o PNCF atua, prioritariamente, com as linhas Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) e Nossa Primeira Terra (NPT). Estas formas de acesso refletem o perfil prioritário do público que demanda o programa no estado, que é composto principalmente por jovens rurais, por agricultores e agricultoras que possuem uma renda um pouco mais elevada do que os que têm direito aos programas sociais de combate à pobreza, e em razão do tamanho das propriedades que são adquiridas na região. Cabe destacar que o Programa tem sido uma importante ferramenta de apoio ao processo de sucessão rural e para a consolidação da agricultura familiar.

Com as ações realizadas pelo convênio entre CONTAG e SRA/MDA, foram mobilizadas mais de 2,3 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais, dirigentes e lideranças sindicais, além de técnicos e técnicas de instituições governamentais e não governamentais, que participaram diretamente das atividades. Foram realizados dois encontros regionais; dois encontros estaduais; 22 reuniões em polos sindicais e dez reuniões em Unidades Produtivas do PNCF.



FONTE: CGPMA - SRA/MDA

DEMANDA PNCF

Nº de Famílias

- 0 - 10
- 10 - 25
- 25 - 45
- 45 - 75
- 75 - 305

DIREITO À TERRA E CONQUISTA DA SUCESSÃO RURAL

O direito à terra, sem dúvida, é o principal elemento para assegurar que a juventude rural permaneça no campo e exerça o seu protagonismo. Junto com a terra é fundamental que sejam garantidas políticas públicas que lhes permitam o direito de trabalhar e viver com qualidade, autonomia e dignidade. Sem terra, muitas vezes deixam o campo tentando melhores condições de trabalho, educação, lazer dentre outras. Mas, se vislumbram estas condições no campo, não exitam em voltar e permanecer no meio rural. Isto aconteceu com o jovem casal de gaúchos, Esdson e Mara Rommel.

Filhos de agricultores(as) familiares, foram criados na lida com a terra e na produção rural, no município de Três de Maio (RS). Por não terem um pedaço de chão só deles, quando casaram foram para a cidade de Boa Vista do Buricá (RS) trabalhar na indústria calçadista. Mas, o sonho de voltar para o campo nunca os abandonou.

Três anos depois, souberam do Programa de Crédito Fundiário e procuraram o Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Três de Maio para obter informações, já vislumbrando a realização do sonho de ter sua terra e transformar suas vidas. Em 2008, adquiriram pela linha Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) do PNCF uma área de 14,20 hectares no município de Três de Maio (RS), vizinha a dos pais de Mara, onde ficaram residindo inicialmente, enquanto tocavam a roça deles.

Com a vinda do filho, eles decidiram que era hora de ter sua própria casa e, em 2011, construíram, com recursos do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), a moradia da família Rommel.

Qualidade de vida e trabalho – Desde a conquista da terra, em 2008, muita coisa mudou e mudou para melhor, segundo o casal. Criadores de gado de leite, os Rommel possuem 21 vacas, sendo 17 em lactação, que produzem em média 300 litros de leite/dia, gerando uma renda média mensal líquida de cerca de R$ 3.000,00. Na propriedade possuem um galpão com sala de ordenha semi-mecanizada, sala de alimentação e sala de depósito e resfriamento do leite.

Dos 14,20 hectares, 3 ha são plantados com grama tifton para o pastoreio rotativo (piquetiamento), 5 ha são para o cultivo de milho para silagem e 6 ha para pastagens anuais.

"Se não tivéssemos tido acesso às informações pelo STTR e aos programas federais não seria possível adquirir a área, construído nossa casa e estruturar a propriedade. Estaríamos trabalhando na cidade e, muito provavelmente, teríamos migrado para um centro maior atrás de emprego, ficando cada vez mais distante dos nossos sonhos", concluiu Edson.

SUCESSÃO RURAL, INCLUSÃO E AUTONOMIA

A história da Família Carraro retrata bem a importância do direito à terra como o caminho para promover a inclusão e autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, possibilitando a sucessão rural e a consolidação da agricultura familiar.

O agricultor gaúcho Lourenço Carraro, de 54 anos, migrou com a família de Antonio Prado (RS), para Lages (SC), após vender a pequena propriedade que possuía para quitar dívidas contraídas no banco. Em Lages, continuou na lida do campo, só que em terras de outros, como arrendatário. Quando conheceu o Programa de Crédito Fundiário viu a oportunidade de ele, sua filha e cunhado terem a própria terra.

Em 2014, o agricultor e os familiares adquiriram 11,58 hectares, cada um, em áreas vizinhas e contíguas, iniciando uma produção familiar coletiva. O grupo foi formado por ele e seu cunhado, Amadeu Vinici, que tiveram acesso ao programa pela linha de financiamento Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), e sua filha, Sandra Carraro, que foi beneficiada pela linha Nossa Primeira Terra (NPT), que atende especificamente à juventude rural.

Sucessão familiar – continuando a história na terra – A jovem agricultora conta que desde menina gostava de ajudar os pais na propriedade que tinham no Rio Grande do Sul, e que ficou bem abalada quando o pai precisou vender a terra. "Nesse momento, teria sido mais fácil desistir, mas meu pai persistiu e eu agradeço a ele por isso. Foi o exemplo de vida e o amor pela terra, passados pelo meu pai, que me fizeram querer ficar ao lado dele e viver no campo", relata orgulhosa a jovem, hoje com 29 anos.

Sandra, seu pai e o tio contaram com o apoio da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Santa Catarina (FETAESC) para se informarem, se organizarem e adquirirem a terra e, também, com o assessoramento técnico da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) para cultivar as hortaliças e frutas que compõem sua produção.

Em quase dois anos, a produção familiar se tornou um sucesso e a renda da família triplicou. Parte das 30 toneladas de uva colhidas, das 20 toneladas de cebola, das verduras e legumes produzidos, abastece o Ceasa da capital catarinense e o mercado local. Ainda comercializaram, em 2015, nove mil quilos de uva, cebola, verduras e legumes para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

UNINDO ESFORÇOS PARA FORTALECER O PNCF

O mundo rural nos últimos 30 anos vem passando por processos de profundas transformações, e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) se apresenta como oportunidade de democratização do acesso à terra. Por meio do reordenamento fundiário, busca-se a concertação das desigualdades com o combate à pobreza, a promoção da sucessão da juventude e a consolidação da agricultura familiar, garantindo o acesso aos recursos para inclusão social, produtiva e geração de renda. Ações que vêm contribuindo para a continuidade da agricultura familiar como elemento estruturante da soberania alimentar e o desenvolvimento rural sustentável brasileiro.

Cumpre destacar que o Crédito Fundiário é fruto da mobilização e participação dos movimentos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, da organização dos agricultores familiares e do compromisso da SRA/MDA em desenvolver uma ação complementar no campo que fortalece a reforma agrária e a agricultura familiar, a medida que permite o financiamento para aquisição de terras e investimentos produtivos.

As parcerias celebradas no contexto do Programa foram fundamentais para o protagonismo da construção e efetivação das políticas públicas, onde governo e sociedade civil somam esforços para realizar objetivos e interesses comuns.

Para isso, consideramos fundamental a atuação das organizações fortalecendo as ações de sensibilização, divulgação e qualificação da demanda para acesso ao Programa. É neste momento que ocorre a mobilização e seleção do público elegível interessado em acessar o crédito, e a capacitação inicial para nivelamento e apoio aos potenciais beneficiários no acesso às políticas públicas e na negociação dos imóveis a serem contratados.

A partir desta análise, as ações executadas em parceria com a CONTAG, desde 2003, foram fundamentais para ampliar e qualificar a atuação deste segmento no acesso às políticas públicas e no controle social, contribuindo para assegurar a sustentabilidade das unidades produtivas e a organização social e produtiva dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Ademais, destacamos que as ações executadas nesta parceria foram fundamentais para o debate da sucessão, da consolidação da agricultura familiar e do desenvolvimento rural sustentável brasileiro, estimulando demandas específicas para dar sustentabilidade e qualidade à permanência no campo. Estabelecendo condições adequadas ao seu desenvolvimento integral, ampliando as oportunidades de crédito, ATER, com incentivo ao cooperativismo, à economia solidária e ao empreendedorismo e protagonismo das mulheres e da juventude rural.

Em suma, os parceiros atuam reforçando a autonomia e o protagonismo dos beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, contribuindo para consolidar a política pública, sustentada nos princípios da igualdade de oportunidades para todos e todas. A partir destas ações, torna-se necessário construir mecanismos que promovam a ampliação massiva da participação da rede da CONTAG e desse novo Brasil Rural, alicerçados numa ação conjunta com o MDA.

Raquel Porto Santori
Chefe de Gabinete da Secretaria de Reordenamento Agrário/MDA

Secretaria de Política Agrária da CONTAG

Secretário: Zenildo Pereira Xavier - zenildo@contag.org.br
Assessoria: Cleia Anice da Mota Porto - nicinha@contag.org.br
Assistente técnica: Maria José Costa Arruda - zeze@contag.org.br
Consultor do PNCF: Christien Marcel Christé Pereira - christien@contag.org.br
Assistente de Secretaria: José Erandir da Rocha - erandir@contag.org.br

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do seu município é a entidade que pode ajudá-lo a acessar o Crédito Fundiário. Para localizá-lo, entre em contato com a Federação do seu estado.

Alagoas - FETAG-AL Fone: (82) 3223-4649 / Fax: (82) 3326-7374 fetagal@fetagal.org.br	**Paraná - FETAEP** Fone: (41) 3322-8711 / Fax: (41) 3222-1788 fetaep@fetaep.org.br
Bahia - FETAG-BA Fone: (71) 3878-6850 / Fax: (71) 3241-8072 fetag-ba@fetag-ba.org.br, geral@fetag-ba.org.br	**Pernambuco - FETAPE** Fone: (81) 3421-1222 / Fax: (81) 3221-6304 fetape@fetape.org.br
Ceará - FETRAECE Fone: (85) 3231-5887 / Fax: (85) 3231-7584 falecom@fetraece.org.br	**Piauí - FETAG-PI** Fone: (86) 3230-9850 / Fax: (86) 3230-9880 secgeral@fetagpi.org.br
Distrito Federal - FETADFE Fone/Fax: (61) 3346-1803 / 3702-4171 fetadfe@gmail.com	**Rio Grande do Norte - FETARN** Fone: (84) 3211-4316 / Fax: (84) 3211- 4688 fetarn@fetarn.org.br
Espírito Santo - FETAES Fone: (27) 3223-3677 fetaes@fetaes.org.br	**Rio Grande do Sul - FETAG-RS** Fone: (51) 3393-4866 / Fax: (51) 3393-4871 fetagrs@fetagrs.org.br
Goiás - FETAEG Fone: (62) 3225-1466 | Fax: (62) 3212-7690 fetaeg@fetaeg.org.br,	**Rondônia - FETAGRO** Fone/Fax: (69) 3421-5985 fetagro@fetagro.org.br
Maranhão - FETAEMA Fone: (98) 3219-8700 / 3219-8707 / 3219-8721 secgeral@fetaema.org.br	**Santa Catarina - FETAESC** Fone: (48) 3246-8011 fetaesc@fetaesc.org.br
Mato Grosso - FETAGRI-MT Fone: (65) 3623-4722 / Fax: (65) 3324-0423 geral@fetagrimt.org.br | financas@fetagrimt.org.br	**Sergipe - FETASE** Fone/Fax: (79) 3215-1801 / (79) 3215-3688 secretaria@fetase.org.br
Mato Grosso do Sul - FETAGRI-MS Fone: (67) 3324-3091 / Fax: (67) 3384-1175 fetagrims@fetagrims.org.br	**São Paulo - FETAESP** Fone: (14) 2106-2800 / Fax: (14) 2106-2828 secretaria@fetaesp.org.br
Minas Gerais - FETAEMG Fone: (31) 3073-0000 / Fax: (31) 3073-0022 fetaemg@fetaemg.org.br	**Tocantins - FETAET** Fone/Fax: (63) 3214-5580 fetaet@terra.com.br
Paraíba - FETAG-PB Fone/Fax: (83) 3241-1192 fetagpb@fetagpb.org.br	

*O acesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário só está disponível nos 21 estados acima.

EXPEDIENTE

DIRETORIA
Alberto Ercílio Broch
Presidente

Willian Clementino da S. Matias
Vice-presidente e secretário de Relações Internacionais

Dorenice Flor da Cruz
Secretária Geral

Aristides Veras dos Santos
Secretário de Finanças e Administração

Zenildo Pereira Xavier
Secretário de Política Agrária

David Wylkerson R. de Souza
Secretário de Política Agrícola

Elias D'Angelo Borges
Secretário de Assalariados(as) Rurais

Antoninho Rovaris
Secretário de Meio Ambiente

José Wilson Sousa Gonçalves
Secretário de Políticas Sociais

Juraci Moreira Souto
Secretário de Formação e Organização Sindical

Alessandra da Costa Lunas
Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Maria José Morais da Costa
Secretária de Jovens Trabalhadores(as) Rurais

Maria Lucia Santos de Moura
Secretária de Trabalhadores(as) Rurais da Terceira Idade

Produção Editorial

Coordenação Geral: Zenildo Pereira Xavier
Coordenação Técnica: Cleia Anice de M. Porto
Christien Marcel Christé Pereira
Soraya Brandão

Edição: Soraya Brandão
Projeto Gráfico: Fabricio Martins
Revisão: Veronica Tozzi

Fotos:
Soraya Brandão, César Ramos, Luiz Fernandes,
Joaquim Magalhães Sobrinho (CEAA/PI),
Ives Luiz Lopes (FETAESC),
Sandra Carraro e Verônica Tozzi

CONVÊNIO MDA 032/2008 (SICONV 700678/2008)

Esta publicação estará disponível no site www.contag.org.br

CONTAG FETAGs STTRs

SECRETARIA DE **REORDENAMENTO AGRÁRIO**

SECRETARIA ESPECIAL DE **AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

CASA CIVIL

BRASIL GOVERNO FEDERAL